

52 pronta e que a atual gestão não encaminhará. Edson disse que a atual gestão não poderá enviar
53 o projeto de lei de aumento das alíquotas. Disse ainda que a atual gestão se comprometeu em
54 realizar tais ajustes. Sr. Edson sugeriu que o Conselho pode incluir na lei uma obrigação da
55 atual administração fazer o parcelamento. Sr. Edson disse que o aporte inicia em 2018 devido
56 ao Município não ter orçamento para o ano de 2017. Denilson esclareceu que nos melhores
57 cenários a partir de março a CAAPSML terá uma falta de 5 milhões/mês para fechar a folha
58 dos aposentados. Regina informou que se os pagamentos não forem efetuados em dia, a CRP
59 será suspensa por não estar atendendo seu propósito. Roberto Pintor disse que por parte do
60 Sindicato eles tem uma desconfiança, em virtude de não haver sido cumprido as regras
61 impostas pelo Ministério da Previdência de aumento de alíquota e transferência de terreno.
62 Edson esclareceu que o projeto do reajuste das alíquotas foi para a Câmara e foi devolvido
63 para incluir o impacto financeiro e que não será encaminhado para a Câmara novamente. Ana
64 Paula questiona se não será necessário um parecer do Ministério da Previdência, visto que não
65 foi cumprido as determinações? Denilson disse que a junção dos fundos podem ser realizados
66 desde que haja uma contrapartida. Denilson informa que o Ministério da Previdência em uma
67 Portaria estabeleceu regras, porém o Município estará descumprindo uma Portaria. Ana Paula
68 questiona se não poderá haver problemas em deixar de remeter a alteração em debate para a
69 aprovação do MP. Denilson disse que a PML depende do MP somente para o CRP e este já é
70 judicial. Regina disse que na ocasião da segregação de massas foi realizada com o aval do
71 MP. Regina disse que o desfazimento da segregação não é bem vista pelo MP. Denilson disse
72 que as Conselheiras Ana Paula e Regina Motoki estão completamente certas com a
73 preocupação, porém se a PML apresentar um estudo sério, ele acredita que em o MP acatará
74 devido a atual situação dos municípios brasileiros. Denilson citou vários municípios que
75 uniram as massas. Edson disse que a segregação de massas resolveu o problema após 2004,
76 porém não foi resolvido o problema do fundo Previdenciário. Edson disse que em sua opinião
77 não existe outra forma de resolver o problema que não seja a junção das massas. Edson
78 esclarece que o Projeto de Lei deverá ser enviado à Câmara ainda este ano a fim de que seja
79 aprovado, pois não existe nenhuma outra saída. Marcello levantou a seguinte questão: a
80 Câmara de Vereadores retornou o projeto da LOA ao Executivo por diversas razões sendo
81 uma delas, talvez a principal, a ausência de previsão de recursos para o aporte à Previdência; a
82 Administração Municipal não batalha pelo incremento de receitas advindo principalmente da
83 revisão da planta genérica de valores; e a fusão das massas não ocorre; qual seria o cenário?
84 Edson disse que se isso ocorrer a PML viverá o caos, e a solução para viabilizar a Previdência
85 é a junção das massas. Edson disse que se ocorrer como o Conselheiro disse o Prefeito será
86 responsabilizado e os servidores ficarão sem pagamento. Edson disse que existe uma janela
87 orçamentária e que poderá ser empenhado o valor de 5 milhões/mês e que até julho não
88 haveria mais recurso e os servidores ficariam sem pagamento. Regina questionou que o
89 Prefeito tem feito para adequar. Regina esclarece que não concorda que a decisão esteja nas
90 mãos dos conselheiros, pois tudo o que está acontecendo é por razões políticas. Regina diz que
91 o subsídio do transporte coletivo tem ajudado a aumentar o problema. Edson acredita que
92 mesmo que seja suspenso o passe livre e que os fundos não sejam juntados, mesmo assim não
93 haverá pagamento para os servidores. Marcello questiona: caso o Conselho não aprove, o
94 Executivo enviaria o projeto assim mesmo? Edson entende que se o Conselho não aprovar
95 seria um dificultador até para justificar junto ao Ministério da Previdência. Karen questionou
96 se é possível enviar para a Câmara em Janeiro/2017 a proposta da Lei de união das massas.
97 Edson acredita que tal fato seria muito difícil, pois entrar em novo mandato sem a aprovação
98 do orçamento. Edson diz ainda que para iniciar a discussão em janeiro a administração teria
99 que realizar todos os esclarecimentos para os novos vereadores e que possivelmente seria
100 aprovado somente em fevereiro, e que a junção das massas poderia ocorrer em março/2017, e
101 até lá a PML teria que repassar à CAAPSML 10 milhões. Denilson fez os esclarecimentos
102 relacionadas ao Ministério, dizendo que se a transferência dos aposentados por invalidez e os

